



# O G TEXTEIL

ÓRGÃO DE UNIDADE DA CLASSE TEXTIL

« O TEXTIL » TEM 11 ANOS

Ao iniciar um novo ano de combate, « O Têxtil » enuda a valente classe têxtil pela sua combatividade, e chama todos os trabalhadores a reforçar a sua unidade combativa para a luta por melhores salários, contra o custo de vida, contra as guerras coloniais, contra o fascismo!

## PROTESTEMOS CONTRA A GARESTIA DE VIDA LUTEMOS CONTRA O AUMENTO DO PREÇO DO PAO

Depois dos aumentos que nos últimos tempos se têm verificado, cada tostão que se verifique na subida dos preços seja do que for, não representa já apenas uma batata a menos ou a redução dos poucos bagos de arroz que ao almoço ou ao jantar ínfimos nos nossos pratos ou nos dos nossos filhos. Isso representa, sim, que a fome que muitos já passaram aumentará de dia para dia.

O agravamento das nossas condições de vida verifica-se tanto pela ganância dos capitalistas, protegidos pelo governo, subindo os preços, como pelo próprio governo, lançando constantemente novos impostos, que somos nós quem tem de os pagar.

O imposto de transacção, lançado em Julho pelo governo, agrava todos os preços com aumentos de 7 a 20%. O arroz subiu, as batatas subiram e o bacalhau, que antigamente era o recurso dos pobres, falta no mercado e, quando aparece, é muito mais caro do que custava metade do salário de 1 dia de trabalho. E o governo prepara-se para lançar novos impostos, pois só nas injustas guerras coloniais gasta em cada dia uma fortuna.

Mas não é já só as batatas, o arroz, o bacalhau, que continuam a subir. O GOVERNO PREPARA-SE PARA AUTORIZAR QUE OS INDUSTRIAIS DE PADARIA AUMENTEM O PREÇO DO PÃO! Sómente a luta de todos nós pode impedir que a nossa situação continue a agravar-se. Urge que reforçemos a nossa unidade e a nossa organização.

Se, como a experiência passada o demonstra, só a nossa luta pode impedir que o custo de vida continue a subir, se só a nossa luta pode impedir que o governo lance novos impostos, se só a nossa luta pode impedir o aumento do preço do pão; então, unamo-nos e lutemos!

Há que protestar nas mercenarias,

nos pomares, nos mercados, contra o aumento dos preços; há que protestar nas colectividades, nos cafés, nas tabernas, contra o aumento do custo de vida e dos impostos; há que levarmos estes protestos aos Sindicatos, às Juntas de Freguesia e às Câmaras. Há que reivindicar em cada empresa aumento geral dos salários.

CRIEMOS EM CADA EMPRESA UMA COMISSÃO DE UNIDADE PARA DIRIGIR A LUTA POR AUMENTO DE SALÁRIO, E EM CADA TERRA COMISSÕES PARA DIRIGIR A LUTA CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA E DOS IMPOSTOS, PARA DIRIGIR A LUTA PELO PÃO!

## LUTEMOS EM 1967 POR NOVO CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO

Data de 28 de Dezembro de 1964 o último C.C.T. referente aos operários dos distritos de Braga, Coimbra, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém e Setúbal.

Este contrato estipula salários que variam, a maior parte deles, entre 36500 e 40500. Tal é o caso

da Fição e da Tecelagem, onde sómente aos engomadores ou enroladores de teias é atribuído o salário de 42500. Mas no entanto as enroladeiras de fitas e as operárias não diferenciadas apenas aparecem com 26500, sendo de 32500 o salário dos operários não diferenciados. Na Branqueação, tinturaria, Estamparia e Acabamentos, a situação é, no geral, a mesma, pois apenas em profissões muito especializadas, de reduzido número de operários, os salários são mais elevados, mas na grande maioria variam entre 32800 e 42500, sendo também aqui os salários dos não diferenciados de 28500 e 32500. Nas fábricas de passamanarias, as coisas são ainda piores, visto que os salários vão de 34500 a 38500. Para todos os aprendizes, os salários vão de 12500

## Quando Lutam os Trabalhadores Vencem

As notícias que damos a seguir, são bem o exemplo de que, sempre que lutam, os trabalhadores podem conseguir melhorar as suas condições de vida e de trabalho.

É nossa convicção que muitas outras lutas, maiores ou menores, se travam diariamente em cada empresa, seja por aumento de salário, seja por melhores condições de trabalho, seja contra as multas e os castigos, seja contra os roubos nas tarefas realizadas a prémio, seja contra as horas de trabalho extraordinário pagas a singelo, seja contra os despedimentos, seja contra as brutalidades de patrões e encarregados, seja contra a intensificação dos ritmos de trabalho. É nossa convicção que muitas dessas lutas terminam pela vitória dos trabalhadores, e a sua

(continua na pag. 2)

(continua na pag. 2)

## Exploração e Insegurança no Trabalho

Procurando aumentar os seus lucros, os capitalistas da indústria têxtil exploram cada vez mais não só o trabalho feminino, mas, muito particularmente, o trabalho dos menores, pagando-lhes salários inferiores aos dos adultos e exigindo-lhes que produzam o mesmo que estes.

Além disso, e desrespeitando tudo o que está regulamentado no Contrato Colectivo de Trabalho, obrigam os menores tanto a trabalharem com matérias tóxicas como a trabalharem nos turnos da noite. E, como se todas estas ilegalidades fossem insuficientes, descaram por completo a sua segurança, expondo-os frequentemente aos maiores riscos e perigos. Não poucos jovens têm pago com a vida a desenfreada e brutal ansia dos lucros do patronato.

No mês de Dezembro, cerca das 22 horas, na Empresa Fabril do Minho, de Manuel Ferreira Barbosa & Filho, sita na freguesia de Moço, em Fátima, 22 operários ficaram intoxicados por um gás usado na fabricação do «terylene», tendo sido transportados ao Hospital de S. João do Porto.

Desse 22 operários, apenas um era homem e, deste mesmo número, somente 3 não eram menores, embora sejam ainda jovens. Quer dizer, pois, que dos 22 operários intoxicados 18 eram raparigas e, o que é pior, a sua idade média não chegava aos 15 anos, aprendizas portanto.

Na secção onde se deu o desastre, a secção de «Confecções», trabalham aproximadamente 50 operários. Pelo Contrato Colectivo de Trabalho «o número de aprendizas não poderá exceder trinta por cento dos profissionais especializados em cada secção» (Cláusula 12.ª). Pelo número de aprendizas intoxicadas vê-se logo que também esta cláusula do contrato não é cumprida.

O que se passou na Empresa Fabril do Minho, é mais um exemplo da vida da exploração e de insegurança que os trabalhadores levam nos fabricas têxteis. Contra esta situação é necessário que os operários e aprendizes se unam, a fim de conseguirem a sua melhoria.

Há que lutar pela aplicação integral do Contrato Colectivo de Trabalho e do Contrato Individual de Trabalho, publicado em 27 de Maio de 1965 em toda a zona de segurança, trabalho, de menores e trabalho feminino.

## OS TRABALHADORES VENCEM

divulgação continuaria ajuda importante para todos nós, pois enriqueceríamos a nossa experiência com os métodos de luta empregados nesta ou naquela empresa, podendo daí extrair lições valiosas para a luta de cada um de nós.

Companheiros de trabalho! Operários têxteis! Enviai nos informações de tudo o que se passa nas empresas onde trabalhais!

Há algum tempo, na WINDSOR - FABRICA DE MALHAS PORTUGUEAS, Lda. (F.POR.TO), aproveitando o quarto de hora que é para lançar o grande anúncio de carácter colectivo - ter a gerência não pedir aumento de salário. Os parentes recusaram receber os operários, que foram atendidos por empregados superiores.

Os reclamantes exigiram o aumento de salário, os operários chamaram-lhes de deslealdades e de traidores, ameaçaram.

Dois semanas depois, as maquinistas que são a maioria, pois trata-se de uma fábrica de confecções que produz exclusivamente para exportação (1) foram aumentadas, passando os seus salários de 33,00 para 36,00 e de 40,00 para 42,00.

Por uma outra ocasião, os operários de uma outra empresa reclamaram do patrão, por meio de abaixo-assinado, o fornecimento à custa deste, de lotes de trabalho frescos, próprios para o verão, pois os atuais estavam arom demasiado quente para a época.

Também aqui os operários venceram. Os fatos foram-lhes fornecidos.

No dia 15 de Novembro, foi retirado das aprendizas de INTERCOMES - FABRICA DE CONFECÇÕES, Lda. (Porto), o prémio de assiduidade. Algumas dezenas de aprendizes, indignados, tanto mais que o salário e o prémio juntos são uma remuneração para o actual custo de vida, recusaram-se imediatamente. As outras, juntamente com os respectivos operários, foram obrigados a abolir o prémio mas pelo seu interesse no salário. E está é a que se firma correcta de luta. Em vez de se pedir, pois para qualquer outra empresa que vá a exploração, será o mesmo, os operários devem recusar fazer abaixo-assinado e concentrar-se na presença. Quando os patrões retirarem os prémios ou pretendem diminuir, a resposta deve ser a reclamação imediata de aumento geral dos salários.

Algumas conclusões devemos tirar quer das lutas referidas, quer da actual situação económica:

— Os salários são muito insuficientes para fazer face ao actual custo de vida.

— Os patrões não podem pagar mais.

— Estes nunca darão aumentos ou quaisquer regalias sem luta.

— A unidade e a organização, são factores decisivos da vitória.

— Presentemente, a grande maioria das empresas não tem falta

de trabalhadores e a luta por aumento geral dos salários.

— Há que reclamá-lo, há que insistir, há que conquistá-lo.

### POR NOVO C.C.T.

a 2650 para os homens e de 1200 a 2450 para as mulheres. Na sua aplicação ao trabalho de exportação, o C.C.T. deixa o porta aberto à exploração mais desenfreada.

Só é certo que, nalgumas empresas há operários ganhando mais do que o salário mínimo, isso deve ser apenas a luta. Mas mesmo que ficasse travado em cima que sempre maioria de assiduidade, por meio de multas e castigos.

Acontece também que os patrões podem reduzir a semana de trabalho por 4 dias, o que, quando é verídico, representa uma quebra de um terço na luta que recebemos.

Recordemos que este contrato nunca satisfaz a classe e que, logo na assembleia do Sindicato do Porto em que dele foi feito o conhecimento (no vésperas da sua assinatura) foi exigido por aprovação unânime que ficasse travado em cima que se alterasse e mesmo a sua desinstituição em Setembro de 1965 por parte da direcção, o que este comité não fez.

Recordemos que, mesmo assim, a assinatura de tal contrato foi imposta pela força da luta, tal como no Porto, com as cláusulas do Sindicato do INIT, com a quebra de mais de 1.600 a 1.800, com a constituição de uma Comissão Sindical.

Recordemos que as nossas principais reivindicações de há anos continuam por atender:

— Aumento de 70%, para todos os salários inferiores a 35.000, incluindo os não diferenciados.

— Aumento de 60% para todos os salários entre 35.000 e 45.000.

— Aumento de 50% para todos os salários supeiores a 45.000.

— Garantia de 6 dias de trabalho.

— Abolição da cláusula 76.ª, referente a multas e castigos.

— Sub-ida de férias.

— Pagamento do trabalho de empreitada em 10 e não de 8 salários ganhos por cada um no mês anterior.

— Abolição do pagamento dos 25% no preço das medicações.

— Penção de invalidez e reforma não inferiores a 80% dos salários.

— Estabelecimento de abono de família, no valor de 10,00.

Recordemos que o actual contrato colectivo de trabalho, por condição expressa na cláusula 20.ª, termina sua validade no dia 27 do próximo mês de Dezembro.

E, recordando tudo isto, tomemos a decisão firme de, no ano que agora começa, reclamarmos vigorosamente a luta por um C.C.T. que satisficaz o classe. Criemos em cada empresa uma Comissão de Unidade.

Reclamemos por meio de abaixo-assinado e concentrações no gerência, aumentos de salário de acordo com o actual custo de vida, Reclamemos junto da Sindicatos lido, ou em grupos maiores ou menores que se constituam C.C.T. seja substituído, por outro que satisficaz as nossas reivindicações. Reclamemos a sua substituição.

COMENTE POR MEIO DA NOSSA LUTA O ANO DE 1967 PODEÁ SER MELHOR DO QUE O FOI O DE 1966.